STJ00106960 -V.1

Ricardo Negrão

CURSO DE DIREITO COMERCIAL E DE EMPRESA

Teoria Geral da Empresa e Direito Societário

1

15ª edição
2019

saraiva jur

STJ00106960 -V.1

ISBN 978-85-53607-73-0 obra completa
ISBN 978-85-53602-48-3 volume 1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Negrão, Ricardo

Curso de direito comercial e de empresa, v. 1 : teoria geral da empresa e direito societário / Ricardo Negrão. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito comercial - Brasil 2. Direito societário. 3. Sociedades comerciais I. Título.

18-1048 CDU 347.7(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito comercial : Direito empresarial 347.7(81)

Data de fechamento da edição: 16-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605127 CAE 630535

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação e revisão Know-How Editorial
Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

STJ00106960 -V.1

ÍNDICE

Abreviaturas 7
Ao Leitor 27

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL 29
1.1. História do comércio e do Direito Comercial 29
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) – mercados e trocas 30
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) – mercantilismo e colonização 35
1.4. Terceira fase (século XIX) – liberalismo econômico 36
1.5. Quarta fase (atual) – Direito de Empresa 36
1.6. O projeto de nova codificação 38

CAPÍTULO 2 – FONTES DO DIREITO COMERCIAL 39
2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito 39
2.2. Fontes do Direito Comercial 42
2.2.1. Fontes primárias 43
2.2.2. Fontes secundárias 43

CAPÍTULO 3 – COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO 49
3.1. Introdução 49
3.2. Origens históricas 50
3.3. Atos de comércio 53
3.4. Questões preliminares – a importância do estudo diante da Teoria da Empresa 54
3.5. Sistemas de classificação – a adotada por Carvalho de Mendonça. 57
3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio... 61
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa 64

CAPÍTULO 4 – EMPRESA E EMPRESÁRIO 66
4.1. Formação do conceito de empresa 66
4.2. Conceito jurídico de empresa 68
4.3. Aspecto subjetivo – o empresário 72
4.3.1. Espécies de empresários 74
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial 76
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade 77
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento 82
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada 83
4.6. Natureza jurídica 84

CAPÍTULO 5 – PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA – O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL 85
5.1. Conceito 85
5.2. Noção 86
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho 93
5.4. Definição legal 93
5.5. Natureza jurídica 94
5.5.1. Doutrina histórica 94
5.5.2. Teorias modernas 97
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial 99
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina 101
5.6.2. O bem imóvel 101
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina 103
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial 104
5.8. Título de estabelecimento 106
5.9. Domicílio e estabelecimento principal 107

CAPÍTULO 6 – ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA 109
6.1. Noções 109
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo 110
6.3. A tutela legal do aviamento 111
6.4. Clientela 112
6.5. Freguesia 112

6.6. Proteção legal à clientela 113
6.7. Cessão de clientela 115
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagem ... 116
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência 120

CAPÍTULO 7 – O PONTO EMPRESARIAL 124
7.1. Noções 124
7.2. Renovação de contrato de locação – conceito 125
7.3. Origens 126
7.4. Renovação compulsória – requisitos 126
7.5. Requisito processual 128
7.6. Aspectos processuais 128
7.7. Defesas 129
7.8. Direito a indenização 130

CAPÍTULO 8 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE 132
8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação 132
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais 133
8.3. Natureza jurídica 135
8.4. Noções e conceitos 136
8.5. Requisitos 136
8.5.1. A licitude 137
8.5.2. A novidade 140
8.5.3. A industriabilidade 143
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva) 143
8.6. Exemplos 144
8.7. Patente 144
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente 145
8.9. Cessão do pedido ou da patente 148
8.10. Licença voluntária 148
8.11. Licença compulsória 149
8.12. Invento de empresa 152
8.13. Invento livre ou do empregado 152

8.14. Invento comum, misto ou conexo 152
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular 153
8.16. Extinção do privilégio 153

CAPÍTULO 9 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL 157
9.1. Noções 157
9.2. Requisitos 159
9.3. Registro 161
9.3.1. Prioridade e pedido 161
9.3.2. Exame formal 162
9.3.3. Processamento e decisão 163
9.3.4. Recurso 165
9.4. Certificado de registro 166
9.5. Proteção legal 166
9.6. Prazo para o exercício do direito 168
9.7. Extinção do registro 168
9.8. Cessão e direito de empregados 168

CAPÍTULO 10 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS 169
10.1. Conceitos 169
10.2. Funções das marcas 172
10.3. Classificações 173
10.4. Natureza jurídica 176
10.5. Requisitos 178
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva 179
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano – violem ou não direito protegido 182
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III) 189
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII) 189
10.6. Processo de concessão 191
10.6.1. Pedido 192
10.6.2. Exame formal preliminar 192
10.6.3. Oposições 193
10.6.4. Exame 193

10.6.5. Expedição de certificado 193
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro 194
10.6.7. Fluxograma do processo de registro 195
10.7. Direitos 196
10.8. Cessão de uso 197
10.9. Licença de uso e franquia 198
10.10. Extinção do registro 199

CAPÍTULO 11 – REGISTRO DE EMPRESA 202
11.1. Breve histórico 202
11.2. Finalidades do registro 203
11.3. Efeitos jurídicos 204
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação à empresa individual de responsabilidade limitada e à sociedade empresária 206
11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica 207
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o registro de empresa 208
11.4. Órgãos do Registro de Empresa 208
11.5. Atos de registro 210
11.5.1. A matrícula 210
11.5.2. O arquivamento 212
11.5.3. A autenticação 213
11.5.4. Quadro-resumo 214
11.6. Proibições de arquivamento 214
11.7. Dispensa de registro 216
11.8. Simplificação de registro 217
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação 217
11.8.2. Dinâmica procedimental 218

CAPÍTULO 12 – NOME EMPRESARIAL 221
12.1. Noções e definições 221
12.2. Natureza jurídica 222
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial 223
12.2.2. O nome como direito pessoal 223

12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal 224
12.2.4. A previsão constitucional 225
12.3. Distinções 225
12.4. Espécies 226
12.5. Direitos decorrentes do registro 228
12.6. Extensão da proteção do registro – o princípio da especialidade .. 229
12.7. Extensão da proteção do registro – o princípio da territorialidade .. 231
12.8. Colidência entre nome e marca – conclusões 232
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial 234
12.10. Formação do nome 235
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira 239
12.12. Alteração do nome empresarial 239

CAPÍTULO 13 – LIVROS EMPRESARIAIS 240
13.1. Noções 240
13.2. Princípios informadores 243
13.2.1. Fidelidade 243
13.2.2. Sigilo 243
13.2.3. Liberdade 245
13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração 246
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios 246
13.3.2. Balanço omisso ou com dados inexatos 247
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela 248
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios 249
13.4. Espécies de livros 250
13.5. Livro obrigatório comum 251
13.6. Livros obrigatórios especiais 253
13.7. Livros facultativos 254
13.8. Livros não empresariais obrigatórios 255
13.9. Requisitos dos livros 256
13.10. Livros obrigatórios e microempresa 256
13.11. Natureza jurídica dos livros 260

13.12. Valor probante dos livros – noções 261
13.13. Extensão da prova 261
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis 264
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis 264
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo 265

CAPÍTULO 14 – DIREITO SOCIETÁRIO – DAS SOCIEDADES EM GERAL 267
14.1. Noções 267
14.2. Personalidade jurídica 268
14.3. Efeitos da personalidade jurídica 269
14.4. Direitos da pessoa jurídica 270
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica 272
14.6. Conceito de sociedade 273
14.7. Classificação das sociedades mercantis 275
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresalidade 277
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas 277
14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias 277
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação 277
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais 277
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação 280
14.8.6. Sociedades dependentes de autorização 280
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras 281
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável 283
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas 284

CAPÍTULO 15 – RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS – PRINCÍPIOS GERAIS 286
15.1. A responsabilidade das pessoas em geral 286
15.2. Responsabilidade primária e secundária 287
15.3. Unidade patrimonial do devedor 287
15.4. Unidade patrimonial – impenhorabilidade e estabelecimento empresarial 288

15.5. Unidade patrimonial e falência 289
15.6. Unidade patrimonial e a *pars conditio creditorum* 290
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie societária 292
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade 294
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio 295
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios 296
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias 297
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica 298
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher 300
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade 302
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que causam prejuízos a terceiros 304

CAPÍTULO 16 – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRESSO, RETIRADA E FALÊNCIA 307
16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários 307
16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira 308
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais 310
16.1.3. Cláusula de exoneração 311
16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada 311
16.1.5. Retirada e falência 313
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada 314
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital 315
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social 316
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada 317

16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comandita simples ... 317
16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista ... 317
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista ... 318
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso ... 319
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência ... 320

CAPÍTULO 17 – DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL – ASPECTOS COMUNS ... 321
17.1. Da constituição das sociedades em geral ... 321
17.2. Regras comuns aos contratos ... 321
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial ... 322
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil ... 324
17.5. Capacidade e consentimento ... 325
17.6. Objeto lícito ... 325
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável ... 327
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei ... 327
17.9. Requisitos específicos ... 328
17.9.1. Pluralidade de sócios ... 328
17.9.2. Constituição do capital social ... 328
17.9.3. *Affectio societatis* (*animus contrahendi societatis*) ... 330
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas ... 331
17.10. Cláusulas essenciais ... 331
17.11. Cláusulas acidentais ... 333

CAPÍTULO 18 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS ... 335
18.1. Sociedades não personificadas ... 335
18.2. As sociedades irregulares – sociedades em comum ... 335
18.3. A sociedade em conta de participação ... 337
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil ... 340

CAPÍTULO 19 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – A SOCIEDADE SIMPLES 343
19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias 343
19.2. Objeto da sociedade simples 344
19.3. Contrato social 345
19.4. Inscrição do contrato 346
19.5. Direitos e obrigações dos sócios 347
19.5.1. Dever de contribuir 347
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira 348
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas 349
19.5.4. Direito de participar das deliberações 349
19.5.5. Direito de fiscalização 350
19.5.6. Direito de retirada 350
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação 352
19.6. Administração da sociedade simples 352
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador 353
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos 355
19.6.3. Formas de exercício 358
19.6.4. Natureza das funções 359
19.6.5. Deveres do administrador 360
19.6.6. Substituição 361
19.6.7. Poderes 361
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais 362
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros 366
19.7.1. Liquidação de quota de sócio 366
19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio 367
19.8.1. Resolução em virtude de morte 367
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão 367
19.9. Dissolução da sociedade 369
19.10. Quadro-resumo 370

CAPÍTULO 20 – DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE – AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA 371
20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 – generalidades 371

20.2. A sociedade de capital e indústria 374
20.3. Sociedade em nome coletivo 376
20.3.1. Natureza dos sócios 378
20.3.2. Responsabilidade dos sócios 378
20.3.3. Execução realizada por credor particular 378
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios 379
20.3.5. Nome empresarial 380
20.3.6. Administração da sociedade 380
20.4. Sociedade em comandita simples 380

CAPÍTULO 21 – DAS SOCIEDADES LIMITADAS 385
21.1. Breve histórico e principal característica 385
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios 386
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital 386
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital 387
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência 388
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil 389
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios 389
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização 389
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social 390
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social 391
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso 391
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada 392
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples 394
21.4.2. Ingresso de incapazes 396
21.5. Quotas sociais – natureza e direitos decorrentes 397
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas 397
21.5.2. Divisibilidade e comunhão 398
21.5.3. Cessão das quotas 399
21.5.4. Penhorabilidade das quotas 400
21.6. Administração social 401
21.6.1. Nomeação e remuneração 401

21.6.2. Destituição e renúncia 402
21.7. Conselho fiscal 403
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal 403
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal 403
21.8. Deliberações dos sócios 404
21.8.1. Obrigatoriedade 404
21.8.2. Formas de deliberação 405
21.8.3. *Quorum* para deliberação 405
21.8.4. Assembleia de sócios 406
21.8.5. Responsabilidades 406
21.9. Aumento do capital social 406
21.10. Redução do capital social 407
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio remisso ou sua exclusão 407
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irreparáveis . 408
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo 409
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio.... 409
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios 409
21.11.1. Retirada voluntária de sócio 410
21.11.2. Exclusão de sócio 411
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito 413
21.11.4. Direito de recesso 413
21.12. Empresa individual de responsabilidade limitada 414
21.13. Quadro-resumo 416

CAPÍTULO 22 – DAS SOCIEDADES POR AÇÕES 417
22.1. Origens das sociedades por ações 417
22.2. Características das sociedades por ações 419
22.3. Sociedade em comandita por ações 420
22.4. Constituição das sociedades por ações 424
22.4.1. Requisitos preliminares 424
22.4.2. Denominação social 425
22.4.3. Fundadores 425
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada..... 426

22.4.5. Primeiros administradores 429
22.4.6. Estatutos 430
22.4.7. Número de sócios 431
22.4.8. Capital social 431
22.5. Classificação das sociedades por ações 436
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas 436
22.5.2. Sociedade de economia mista 439
22.5.3. Sociedade anônima multinacional 440
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras 443
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da competência exclusiva 443
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns 444
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais 448
22.6.4. Companhias abertas – extensão de obrigações 449
22.6.5. Quadro-resumo 449
22.7. Sociedades de grande porte 450

CAPÍTULO 23 – AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS 451
23.1. Capital social e ações 451
23.2. Valores da ação 453
23.2.1. Valor nominal 453
23.2.2. Ações sem valor nominal 454
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil 456
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico 456
23.3. Certificado de ações e agente emissor 456
23.4. Custódia de ações 457
23.5. Certificado de depósito de ações 458
23.6. Sistema único de custódia 459
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações – o penhor 459
23.7.1. Usufruto 460
23.7.2. Fideicomisso 461
23.7.3. Alienação fiduciária 461
23.8. Dividendos 462
23.9. Obrigações do acionista – noções 463

23.10. Acionistas – exercício de direitos e retirada 464
23.10.1. Acionista controlador 464
23.10.2. Acionista dissidente 464
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas 466
23.11. Direitos essenciais do acionista 466
23.12. Outros valores mobiliários – noções 467
23.12.1. Debêntures 468
23.12.2. Partes beneficiárias 474
23.12.3. Bônus de subscrição 476
23.12.4. *Commercial papers* 476
23.13. Quadro-resumo dos valores mobiliários 478

CAPÍTULO 24 – ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES 479
24.1. Órgãos sociais – espécies 479
24.2. Assembleia geral 479
24.2.1. Competência exclusiva 480
24.2.2. Espécies de assembleia 484
24.2.3. *Quorum* de instalação e de deliberação 487
24.2.4. Funcionamento da assembleia 491
24.3. Disposições comuns aos administradores 491
24.4. Conselho de administração 492
24.5. Diretoria 496
24.6. Conselho fiscal 496

CAPÍTULO 25 – REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES 498
25.1. Aspectos gerais 498
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos 500
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão ... 501
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios 501
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão 502
25.2.4. Direito de recesso 504
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes 504
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios 504

25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão 505
25.4. Procedimento exigido na transformação 508
25.5. Grupos de sociedades 510
25.5.1. Grupo de fato 510
25.5.2. Grupo de direito 511
25.5.3. Consórcio 512

CAPÍTULO 26 – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES 514
26.1. Dissolução das sociedades em geral 514
26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios 515
26.3. Dissolução total da sociedade 516
26.3.1. Dissolução extrajudicial 516
26.3.2. Dissolução judicial 520
26.4. Falência 522
26.5. Dissolução das sociedades de capitais 524
26.5.1. Dissolução de pleno direito 524
26.5.2. Dissolução por decisão judicial 525
26.5.3. Dissolução por ato administrativo 527
26.6. Do rito processual da dissolução judicial 528
26.6.1. Da legitimidade 528
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público 528
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual 529
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante 530
26.6.5. Atribuições do liquidante 532
26.6.6. Do inventário e da partilha 534
26.6.7. Partilha 536
26.6.8. Liquidação de empresa individual 536
26.7. Liquidação extrajudicial 537

Bibliografia 539
Índice Onomástico 549
Índice Alfabético-Remissivo 553

STJ00111723 - V. 3

Ricardo Negrão

Curso de Direito
COMERCIAL E DE EMPRESA

Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos

3

15ª edição
2021

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0773-0 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

N385c Negrão, Ricardo

Curso de direito comercial e de empresa, vol. 3. : recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos / Ricardo Negrão. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.

784 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-540-6 (impresso)

1. Direito. 2. Direito comercial. 3. Direito de empresa. 4. Recuperação de empresas. 5. Falência. 6. Procedimentos concursais administrativos. I. Título.

CDD 346.07
2021-267 CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial 346.07
2. Direito comercial 347.7

Data de fechamento da edição: 4-2-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607015 CAE 759463

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Isabella Sánchez de Souza (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Rafael Padovan
Revisão Bárbara Peroni Fazolari
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Indice

Abreviaturas 7
Ao Leitor 29

LIVRO I

TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO FALIMENTAR

1. Introdução 35
1.1. Origem etimológica da palavra "falência" 35
1.2. História 36
1.2.1. Primórdios 36
1.2.2. Fases do Direito Falimentar – as Ordenações 38
1.2.3. Fase imperial 41
1.2.4. Fase republicana 43
1.2.5. Fase pré-empresarial 45
1.2.6. Tramitação do Projeto de Lei n. 4.376/93 45
1.2.7. Tendências do Direito Internacional 48
1.2.8. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 52
1.2.9. Lei n. 14.112, de 24 de dezembro de 2020 54
2. Características e destinação legal 57
2.1. Destinação legal 57
2.2. Conceito de empresário 58
2.2.1. Evolução do conceito de empresário 59
2.2.1.1. Quadro-resumo 61
2.2.2. Pessoas impedidas de exercer a atividade empresarial 61
2.3. Casos de não incidência 66
2.3.1. Casos de não incidência absoluta 66
2.3.2. Casos de não incidência relativa 68

2.4. Casos especiais de incidência, com restrições temporais ou de legitimidade ativa 74
2.5. Quadro-resumo 79

PARTE II – DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

3. Procedimento de verificação de crédito 83
3.1. Momento para a verificação de créditos 83
3.2. Processamento das declarações tempestivas de crédito... 84
3.2.1. Do pedido 88
3.2.2. Requisitos da petição inicial 89
3.2.3. Do processamento do pedido 93
3.2.4. Impugnações aos pedidos 94
3.2.5. Julgamento dos pedidos e das impugnações... 95
3.2.6. Impugnação de crédito trabalhista 97
3.2.7. Renovação de pedido de habilitação de crédito já julgado 99
3.2.8. Do incidente de classificação de crédito público na falência (instituído na LREF-20)..... 100
3.3. Procedimento das habilitações retardatárias 101
3.4. Verificação de créditos dos credores particulares dos sócios solidários 105
3.5. Ação rescisória de exclusão, reclassificação ou retificação de crédito 106
3.6. Das conciliações e das Mediações Antecedentes ou Incidentais aos Processos de Recuperação Judicial.... 108
4. O administrador judicial 111
4.1. Funções do administrador judicial e sua natureza..... 111
4.2. Classificação dos atos do administrador judicial..... 114
4.3. A escolha, a nomeação e o compromisso do administrador judicial 119
4.4. Impedimentos e incompatibilidades 124
4.5. Substituição e destituição do administrador judicial... 126
4.6. A remuneração do administrador judicial 127
4.7. Responsabilidade do administrador judicial 132
4.8. Prestação de contas 132
5. Comitê e assembleia geral de credores 133
5.1. Conceitos 133
5.2. Origens do Comitê de Credores 133
5.3. Constituição do Comitê de Credores..... 137
5.4. Composição do Comitê de Credores..... 138
5.5. Regime jurídico do Comitê de Credores 140

5.6. Origens da assembleia geral de credores..... 144
5.7. Atribuições da assembleia geral de credores..... 145
5.8. Regime jurídico da assembleia geral de credores..... 146
5.9. O exercício do voto na assembleia geral de credores.. 150
5.10. Efeitos das deliberações 156

LIVRO II
DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM JUÍZO

6. Disposições comuns às formas de recuperação 161
6.1. Crise econômico-financeira..... 161
6.2. Formas de recuperação..... 163
6.3. Princípios norteadores..... 164
6.4. Requisitos..... 168
6.4.1. Requisitos comuns e especiais..... 168
6.4.2. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial 168
6.4.3. Exigências quanto ao exercício da atividade empresarial da companhia aberta 170
6.4.4. Impedimentos..... 171
6.5. Legitimidade ativa..... 175
6.5.1. A questão do sócio remanescente 175
6.5.2. A questão da legitimidade do credor e do Ministério Público..... 176
6.5.3. Do pedido recuperatório simultâneo..... 179
6.6. Distinções entre os instrumentos legais..... 183
6.6.1. Distinção quanto à extensão econômica do exercício empresarial..... 184
6.6.2. Distinção quanto ao universo de credores..... 186
6.6.3. Distinção quanto ao curso da prescrição das ações e execuções individuais dos credores ... 188
6.6.4. Distinção quanto ao procedimento 189
6.6.5. Distinção quanto às restrições à administração da empresa 190
6.6.6. Distinção quanto aos meios de recuperação ... 191
7. Meios de recuperação 195
7.1. Classificação..... 195
7.2. Meios dilatórios, remissórios ou mistos..... 197
7.3. Meios com predominância sobre o perfil subjetivo da empresa 198

7.4. Meios com predominância sobre o perfil objetivo da empresa 203
7.5. Meios com predominância sobre o perfil funcional da empresa 212
7.6. Meios com predominância sobre o perfil corporativo da empresa 214
8. Recuperação judicial 215
8.1. Fases do procedimento 215
8.2. Fase do pedido e de processamento 216
8.2.1. Apresentação do pedido 216
8.2.1.1. Documentação contábil 217
8.2.1.2. Certidões e documentos que constam do Registro Público 220
8.2.1.3. Relações descritivas, contendo informações de cunho patrimonial não sujeitas à escrituração contábil... 221
8.2.2. Decisão de processamento 223
8.3. Fase do plano de recuperação 233
8.3.1. Limitações ao plano 234
8.3.2. Publicação do aviso 236
8.4. Fase de concessão e cumprimento 237
8.4.1. Objeção dos credores 237
8.4.2. Convocação da assembleia geral 237
8.4.3. Deliberação sobre o plano apresentado 238
8.4.4. Constituição do Comitê de Credores 246
8.4.5. Apresentação de certidões 248
8.4.6. Decisão de concessão 249
8.4.7. Efeitos da decisão de concessão 251
8.4.8. Situações não atingidas pela sentença concessiva 258
8.4.9. Recurso 259
8.4.10. Período de cumprimento 259
8.5. Resumo gráfico do processo de recuperação judicial ordinário 264
8.6. Recuperação judicial especial 265
9. Convolação de recuperação em falência 269
9.1. Causas que acarretam a convolação de recuperação em falência 269

9.2. A não apresentação do plano (art. 73, II) 270
9.3. A apresentação tempestiva do plano e sua rejeição (art. 73, III) 270
9.4. Deliberação da assembleia geral (art. 73, I) 272
9.5. Descumprimento de obrigação assumida (art. 73, IV) 272
9.6. Descumprimento de parcelamento 273
9.7. Esvaziamento patrimonial da devedora 275
9.8. Efeitos da convolação 276
10. Recuperação extrajudicial 279
10.1. Conceito e noções 279
10.2. Pedido de recuperação extrajudicial 280
10.3. Documentação necessária 281
10.4. Procedimento da recuperação extrajudicial 281
10.5. Efeitos da sentença homologatória 283
10.6. Recurso e outras formas privadas de acordo 283

LIVRO III
DA FALÊNCIA

PARTE I – SISTEMAS E PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

11. Caracterização e pressupostos do estado falimentar 289
11.1. Introdução e conceito inicial 289
11.2. O procedimento pré-falimentar ou fase preliminar ... 291
11.3. Sistemas de caracterização do estado falimentar 291
11.3.1. A impontualidade e os atos de falência 292
11.3.2. Outros critérios 292
11.4. Pressupostos do estado falimentar 293
12. A legitimidade ativa 295
12.1. O credor legitimado a requerer a falência 295
12.2. Natureza do crédito e do credor 295
12.3. Credor empresário 296
12.4. Credor sem domicílio no Brasil 296
12.5. Credor com garantia real 296
12.6. Credor privilegiado fiscal 296
12.7. Credor privilegiado trabalhista 300
12.8. O sócio, mesmo acionista ou comanditário 300
12.9. Credor debenturista 302
12.10. Litisconsorte ativo 304

13. O sistema da impontualidade 305
13.1. A obrigação líquida e o título executivo 305
13.2. Os títulos executivos previstos na Lei Processual Civil 305
13.2.1. Aluguel 306
13.2.2. Cheque pré-datado 307
13.2.3. Contrato de caução – fiança bancária 307
13.2.4. Contrato de caução – fiança bancária, necessidade de título 307
13.2.5. Duplicata representada apenas por boletos bancários 308
13.2.6. Duplicata de prestação de serviços 308
13.2.7. Título executivo sujeito a cálculo aritmético 310
13.2.8. O crédito bancário rotativo 310
13.2.9. O contrato de câmbio 310
13.3. Títulos executivos previstos em outras leis 311
13.4. O protesto 314
13.5. Do pedido com base no art. 94, I documentos que devem acompanhá-lo 316
13.6. Da citação 317
13.7. Defesa com e sem depósito elisivo 319
13.7.1. Depósito elisivo 320
13.7.2. Audiência de conciliação 321
13.7.3. Oposição e citação de sócios 321
13.8. O rito do art. 94, I 322
14. O sistema da impontualidade: a matéria de defesa 323
14.1. Defesas 323
14.2. Falsidade do título da obrigação 325
14.3. Prescrição 326
14.4. Nulidade de obrigação ou de título 329
14.4.1. Erro e ignorância 330
14.4.2. Dolo 331
14.4.3. Coação 332
14.4.4. Estado de perigo e lesão 332
14.4.5. Simulação 333
14.4.6. Fraude 335
14.4.7. Resumo gráfico 335
14.5. Pagamento da dívida 337

14.6. Qualquer motivo que extinga ou suspenda o cumprimento da obrigação, ou exclua o devedor do processo da falência 337
14.7. Vício em protesto ou seu instrumento 338
14.8. Apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação 338
14.9. Casos especiais de defesa, relativos a restrições temporais ou de legitimidade ativa 339
15. O sistema dos atos de falência 341
15.1. Prática de atos de falência 341
15.2. Execução frustrada 342
15.3. Liquidação precipitada; uso de meio ruinoso ou fraudulento 344
15.4. Negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo 345
15.5. Trespasse de estabelecimento 347
15.5.1. Noção de estabelecimento empresarial 347
15.5.2. O conceito de Oscar Barreto Filho 348
15.5.3. Definição jurídica 349
15.5.4. Natureza jurídica 349
15.5.5. Elementos do estabelecimento empresarial .. 351
15.5.6. Outras consequências jurídicas do trespasse do estabelecimento empresarial 352
15.6. Oferecimento de garantia real em detrimento de outros credores 353
15.7. Ausência ou abandono de estabelecimento 353
15.8. Documentos que devem acompanhar o pedido 354
15.9. Do rito 355
15.10. O rito do art. 94, II 357
15.11. O rito do art. 94, III 357
16. O sistema da autofalência 359
16.1. A confissão da falência pelo devedor 359
16.2. Procedimento do art. 105 360
16.3. Natureza do pedido de autofalência 360
16.4. Natureza da dívida 360
16.5. Processamento do pedido 361
16.6. Legitimidade para o pedido 362
16.6.1. A representação do empresário individual ou da sociedade contratual 362

16.6.2. As sociedades por ações 363
16.6.3. O cônjuge sobrevivente, o inventariante e o herdeiro 364
16.6.4. As instituições financeiras 364
16.7. Oposição e citação de sócios 365
16.8. Desistência do pedido 365
16.9. O rito do art. 105 autofalência 366

PARTE II – DA SENTENÇA JUDICIAL E SEUS EFEITOS

17. O Juízo falimentar 369
17.1. Fixação da competência judicial 369
17.2. Unidade, indivisibilidade e universalidade do Juízo ... 371
17.2.1. Ações não reguladas pela Lei Falimentar, em que o falido figure como autor ou litisconsorte ativo 373
17.2.2. Falido autor, em ação regulada pela Lei Falimentar 374
17.2.3. Ações de despejo em que a massa falida figure como ré 375
17.2.4. Execuções individuais dos credores, anteriores à decretação da falência 376
17.2.5. Ações trabalhistas 376
17.2.6. Execuções fiscais 377
17.2.7. Ações que se processam na Justiça Federal por força da competência privativa 378
17.2.8. Ações relativas a imóveis 378
17.2.9. Ações ajuizadas antes da quebra, com citação também anterior 379
17.3. Prioridade dos atos e diligências judiciais 380
17.4. Resumo da matéria 380
18. A sentença falimentar 383
18.1. Natureza da sentença declaratória de quebra 383
18.2. Requisitos da sentença de falência 383
18.2.1. O relatório da sentença falimentar 384
18.2.2. A motivação da sentença 386
18.2.3. O dispositivo da sentença 386
18.2.3.1. Termo legal da falência 387
18.2.3.2. Nomeação do administrador judicial .. 391
18.2.3.3. Prazo para as habilitações de crédito 395

18.2.4. Outras determinações na sentença 396
18.3. Recursos contra a sentença falimentar 399
18.4. Efeitos da sentença denegatória 400
18.5. Indenização por dano material 400
18.6. Indenização por dano moral 402
19. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos credores 405
19.1. Principais efeitos 405
19.2. Suspensão do curso da prescrição 406
19.3. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores 407
19.4. Vencimento antecipado das dívidas 411
19.4.1. Cláusulas penais dos contratos unilaterais 413
19.4.2. A conversão dos créditos em moeda estrangeira 415
19.4.3. Obrigações sujeitas a condição suspensiva: sem vencimento antecipado 416
19.5. Formação da massa de credores 417
19.5.1. Credores não concorrentes à falência 417
19.5.2. Credor que não dispõe do título de seu crédito 422
19.6. Suspensão do direito de retenção 422
19.7. Suspensão da fluência de juros 423
19.8. Regulamentação do direito de credores de coobrigados solidários 425
19.8.1. Credor de obrigação solidária 425
19.8.2. Devedor falido com obrigações extintas 425
19.8.3. Direito de regresso 425
19.8.4. Cobrança de uma massa devedora de obrigação solidária por outra 429
19.8.5. Direitos de codevedores solventes 430
19.9. Direitos dos credores na condução da falência 430
20. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação ao falido e aos administradores e liquidantes 433
20.1. Obrigações impostas ao falido 433
20.2. Obrigações consistentes em entrega 434
20.2.1. Entrega dos livros obrigatórios 434
20.2.2. Entrega dos bens, papéis, documentos e senhas 438
20.3. Obrigações consistentes em atos de fazer, impostos ao falido 439

20.3.1. A declaração do art. 104, I 440
20.3.2. Obrigação de colaborar com o ágil processamento da falência 442
20.4. Restrição ao livre direito de ausentar-se da comarca 443
20.5. Extensão das obrigações 444
20.6. Remuneração do falido 445
20.7. Restrições de direitos 446
20.8. Direitos atribuídos ao falido 447
21. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos bens do empresário individual falido e dos sócios da sociedade falida 449
21.1. Hipóteses de desapossamento 449
21.2. Natureza jurídica do desapossamento 450
21.3. Extensão do desapossamento 450
21.4. Exceções à regra 453
21.4.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos a execução 453
21.4.2. Os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis 455
21.4.3. Os vestuários e pertences 456
21.4.4. Os vencimentos, os subsídios e as remunerações diversas 456
21.4.5. Os livros, as máquinas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão 457
21.4.6. O seguro de vida 458
21.4.7. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas 458
21.4.8. A pequena propriedade rural 458
21.4.9. Recursos públicos recebidos por instituições privadas 459
21.4.10. Quantia depositada em caderneta de poupança 459
21.4.11. O patrimônio de afetação previsto na Lei n. 10.931/2004 459
21.5. Tipos societários 460
21.5.1. Efeitos sobre os sócios com responsabilidade ilimitada 462
21.5.2. Efeitos sobre os demais sócios 463

22. Efeitos jurídicos da sentença declaratória em relação aos contratos 467
22.1. Conceitos 468
22.2. Contratos bilaterais 468
22.2.1. Natureza sinalagmática do contrato bilateral 469
22.2.2. Resolução do contrato bilateral por insolvência de uma das partes 469
22.2.3. Rescisão contratual requerida por uma das partes 469
22.2.4. Efeitos da rescisão judicial do contrato bilateral 470
22.2.5. Efeitos da inexecução dos contratos 471
22.2.6. Efeitos dos contratos unilaterais em curso na falência 472
22.3. Regras gerais aplicáveis aos contratos bilaterais na falência – o cumprimento pelo administrador judicial 472
22.3.1. A regra especial na falência 472
22.3.2. A faculdade do administrador judicial e do Comitê 473
22.3.3. A interpelação do administrador judicial 473
22.3.4. O ressarcimento do contratante em razão do não cumprimento pelo administrador judicial 475
22.3.5. Efeito da condição resolutiva expressa pelas partes antes da falência 475
22.3.6. Efeitos do cumprimento do contrato 476
22.4. Introdução aos contratos bilaterais na falência 477
22.5. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada 477
22.5.1. Contrato de entrega de coisas compostas 477
22.5.2. Contrato de venda de coisas móveis vendidas a prestação pelo falido 479
22.6. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada 479
22.7. Contrato de compra e venda com reserva de domínio... 481
22.7.1. Contrato com cláusula de alienação fiduciária 482
22.7.2. Contrato de *leasing* ou arrendamento mercantil 487

22.7.3. Contrato de *leasing* ou arrendamento de aeronave ou de suas partes 489
22.7.4. Contrato com cláusula de reserva de domínio 489
22.8. Falência do comprador ou do vendedor nas vendas a termo 490
22.9. Falência e contratos imobiliários 491
22.9.1. Contratos imobiliários com compromisso 491
22.9.2. Contratos de locação comercial 493
22.9.3. Contratos de incorporação imobiliária 494
22.10. Outros contratos e regras especiais previstas na Lei Falimentar 494
22.10.1. Contrato de conta-corrente 495
22.10.2. Compensação de dívidas 496
22.10.3. Acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional 500
22.10.4. Mandato mercantil 500
22.10.5. Contratos de sociedade firmados pelo falido 501
22.10.6. Contratos de sociedade em conta de participação 503
22.10.7. Condomínio indivisível 503
22.11. Outros contratos não mencionados na Lei Falimentar ... 503
22.11.1. Contrato de trabalho 504
22.11.2. Contrato de franquia 505
22.12. Resumo gráfico 505

PARTE III – DA ADMINISTRAÇÃO, ARRECADAÇÃO, REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO

23. Visão geral da administraçãofalimentar 511
23.1. A fase de administração falimentar 511
23.2. Etapas do processo principal 515
23.2.1. A publicidade da sentença falimentar 515
23.2.2. O compromisso e as funções do administrador judicial 517
23.2.3. Convocação da assembleia geral de credores 524
23.2.4. Constituição do Comitê de Credores 525

23.2.5. A continuação provisória da atividade empresarial 527
23.2.6. A apresentação do primeiro relatório 528
23.2.7. A arrecadação e a avaliação de bens 529
23.2.8. Realização do ativo e pagamento dos credores... 531
23.2.9. Encerramento da falência..... 532
23.2.10. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido 533
24. Arrecadação e avaliação dos bens 535
24.1. A arrecadação de bens – conceitos 535
24.2. O lacre das portas do estabelecimento e a apreensão de bens 536
24.3. A arrecadação pessoal e por carta precatória..... 537
24.4. O acompanhamento pelo Ministério Público 538
24.5. O inventário de livros e bens 539
24.6. A arrecadação de bens imóveis 541
24.7. A arrecadação de bens incorpóreos 541
24.8. Bens não arrecadáveis 543
24.9. Bens penhorados ou de outra forma apreendidos..... 543
24.10. Venda antecipada 544
24.11. Avaliação e falência frustrada e de pequeno passivo ... 545
24.12. Avaliação em separado 546
25. A ação de restituição e os embargos de terceiro 549
25.1. O objeto do pedido de restituição..... 549
25.2. A ação de restituição decorrente de titularidade de direito real 551
25.2.1. A coisa deve ter sido arrecadada em poder do devedor 551
25.2.2. A coisa deve ser devida ao reivindicante em virtude de direito real de propriedade 552
25.2.3. A coisa pode ter sido alienada posteriormente ao decreto da falência pela massa..... 553
25.3. A ação de restituição decorrente de venda de coisas a prazo..... 553
25.3.1. Compra com cheque pós-datado 554
25.4. A ação de restituição de adiantamento de contrato de câmbio..... 554

25.5. A ação de restituição por contribuição previdenciária descontada e não recolhida 555
25.6. Procedimento 556
25.7. Intervenção do Ministério Público 560
25.8. Liquidação da sentença 560
25.9. Honorários advocatícios, juros e atualização monetária .. 561
25.10. Os embargos de terceiro 561
26. As ações revocatórias 563
26.1. Noções 563
26.2. Distinção entre as ações previstas nos arts. 129 e 130 da Lei Falimentar 565
26.3. Hipóteses previstas no art. 129 da Lei Falimentar 566
26.3.1. Atos praticados dentro do termo legal 566
26.3.2. Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência 570
26.3.3. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal 571
26.3.4. Atos praticados após a decretação da falência.. 573
26.4. Ação revocatória com fundamento no art. 130..... 575
26.5. Efeitos das ações revocatórias 576
26.6. Securitização de recebíveis 579
26.7. Processamento da ação revocatória 581
26.8. Medidas cautelares e recursos 584
26.9. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução.. 584
26.10. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76..... 585
26.11. Ação revocatória contra sócio com responsabilidade limitada, por retirada dos fundos sociais..... 587
26.12. Atos fundados em decisão judicial 588
27. Procedimento liquidatório 591
27.1. A etapa de liquidação 591
27.2. A ordem de alienação 594
27.2.1. Sucessão do arrematante 595
27.2.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor 595
27.2.3. Credores trabalhistas, por acidentes de trabalho e credores incapazes 597
27.3. Modalidades de alienações públicas 598

27.4. Impugnações 599
27.5. Recurso contra decisão que homologa a venda 599
27.6. A ordem de preferência dos credores 600
27.7. Créditos prioritários decorrentes de despesas de pagamento antecipado e os primeiros extraconcursais 603
27.7.1. Créditos com prioridade absoluta: às quantias referidas nos arts. 150 e 151 da LREF (art. 84, I-A) 608
27.7.2. Créditos decorrentes de contrato de financiamento previsto no art. 69-A (art. 84, I-B) 609
27.7.3. Créditos prioritários decorrentes de restituição (art. 84, I-C) 610
27.7.4. Créditos decorrentes de remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes do trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência (art. 84, I-D) 610
27.7.5. Créditos decorrentes de atos jurídicos válidos durante a recuperação judicial (art. 84, I-E) 610
27.8. Os demais créditos extraconcursais 611
27.9. Créditos concursais ou concorrentes 615
27.9.1. Créditos derivados da legislação do trabalho e decorrentes de acidentes de trabalho 615
27.9.2. Créditos com direito real de garantia 617
27.9.3. Créditos tributários, à exceção das multas tributárias 618
27.9.4. Créditos cuja classificação foi extinta na reforma da LREF em 2020 619
27.9.5. Créditos quirografários 624
27.9.6. Créditos subquirografários 624
27.9.7. Créditos subordinados 625
27.10. O pagamento aos credores 626
27.11. Pagamento de juros 631
27.12. Devolução da sobra ao falido ou rateio entre os sócios 631
27.13. Resumo gráfico 631
27.14. O pagamento entre massas solidárias 633
27.15. A prestação de contas e o relatório final do administrador judicial 635
27.16. A sentença de encerramento 636

PARTE IV – DA FASE PÓS-FALIMENTAR

28. A extinção das obrigações do falido e sua reabilitação criminal .. 639
28.1. Extinção das obrigações 639
28.2. Extinção pelo pagamento 639
28.3. Extinção em decorrência da prescrição 640
28.4. Extinção pelo rateio 641
28.5. Procedimento de extinção 642
28.5.1. Causas de extinção 642
28.6. Reabilitação do condenado por crime falimentar 643

LIVRO IV
DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NOS PROCESSOS FALIMENTARES-RECUPERATÓRIOS

29. Da insolvência transnacional 649
29.1. Disposições gerais 649
29.1.1. Adaptando a Lei Modelo da Uncitral 650
29.1.2. Definições dos instrumentos jurídicos e das pessoas legitimadas 653
29.1.3. Regras de interpretação da norma jurídica 654
29.1.4. Fiscalização ministerial e competência constitucional do STJ 655
29.1.5. Destinatários da norma 656
29.1.6. Da competência interna 656
29.1.7. Da legitimidade 656
29.2. Do acesso à jurisdição brasileira 656
29.2.1. Da ordem de classificação dos créditos 657
29.2.2. Da comunicação dos atos judiciais 658
29.3. Do reconhecimento de processos estrangeiros 658
29.3.1. Do pedido 659
29.3.2. Da decisão de reconhecimento 661
29.3.3. Dos atos do representante estrangeiro e da tutela provisória 662
29.3.4. Efeitos do reconhecimento de processo estrangeiro principal 662
29.3.5. De outras medidas requeridas pelo representante estrangeiro 663
29.4. Da cooperação com autoridades e representantes estrangeiros 664
29.5. Dos processos concorrentes 665
29.5.1. Compatibilidade das medidas concedidas no Brasil 665
29.5.2. Dos efeitos falimentares transnacionais 666

LIVRO V

DISPOSIÇÕES PENAIS

30. A investigação, a ação penal e os crimes falenciais 669
30.1. Apuração de crime definido na Lei Falimentar 669
30.2. A abolição do inquérito judicial 674
30.2.1. A quebra da unidade na apuração delitiva 674
30.2.2. O princípio da unicidade 674
30.3. A multiplicidade de vias investigatórias 678
30.3.1. Atos investigatórios 680
30.3.2. O laudo contábil 681
30.3.3. A intervenção dos credores concorrentes..... 682
30.3.4. A apuração dos fatos 683
30.3.5. O recebimento ou a rejeição da denúncia..... 686
30.4. Da prescrição 686
30.5. Competência 687
30.6. Processo-crime 688
30.7. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo 690
30.8. Crimes relacionados à escrituração contábil 700
30.9. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens 701
30.10. Outros crimes 705

LIVRO VI

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS ADMINISTRATIVOS

31. Intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária 709
31.1. Noções e conceitos 709
31.2. Conceito de instituição financeira 710
31.3. Regimes de intervenção, administração especial e liquidação 712
31.4. Intervenção extrajudicial 712
31.4.1. Efeitos da intervenção 713
31.4.2. Procedimento administrativo 714
31.4.3. Declaração dos ex-administradores 715
31.4.4. Resumo do procedimento 717

31.5. Regime de administração especial temporária 718
31.5.1. Diferença entre a intervenção e o RAET 718
31.5.2. Procedimento 719
31.5.3. Relatório do conselho diretor 719
31.5.4. Resumo do procedimento 721
31.6. Liquidação extrajudicial 722
31.6.1. Efeitos do decreto de liquidação 722
31.6.2. A figura do liquidante 726
31.6.3. Procedimento 726
31.6.4. Modalidades de liquidação 728
31.6.5. Resumo do procedimento 729
31.7. Cessação dos regimes 730
31.8. Outros regimes especiais 732
32. Da responsabilidade dos administradores: da indisponibilidade, das ações de arresto e ordinária de responsabilidade 733
32.1. Do inquérito administrativo 733
32.2. Ações de arresto e ordinária 734
32.3. Indisponibilidade de bens 735
32.3.1. Indisponibilidade ordinária 735
32.3.2. Indisponibilidade estendida ou superveniente 736
32.3.3. Extensão por integração de atividade, vínculo de interesse ou de controle 736
32.3.4. Cessação da indisponibilidade 738
32.3.5. Distinção entre indisponibilidade e arresto... 738
32.4. Do conceito de administrador 739
32.5. Da responsabilidade dos administradores – teorias... 740
32.5.1. Da responsabilidade objetiva 740
32.5.2. Posição intermediária 743
32.5.3. Da responsabilidade por culpa presumida 744

Bibliografia 745

Indice onomástico 761

Índice da legislação mencionada 765

Índice alfabético-remissivo 773